

Educação Popular e Agroecologia: saberes e aprendizados no Acampamento Zé Maria do Tomé - Ceará

Educación Popular y Agroecología: saberes y aprendizajes en el Campamento Zé Maria do Tomé - Ceará

Lunian Fernandes Moreira

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Fortaleza-CE-Brasil

Sandra Maria Gadelha de Carvalho

Diana Nara da Silva Oliveira

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Limoeiro do Norte-CE-Brasil

Resumo

Em territórios em que ocorrem uma disputa entre o campesinato e o agronegócio, as práticas agroecológicas se apresentam como formas de resistência a hegemonias no campo. Resistir requer um processo educativo, dessa forma, a pesquisa em questão foi realizada com a finalidade de identificar os processos educativos e formativos advindos das práticas agroecológicas no Acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi – Ceará. O percurso metodológico se deu através da dialética, com estudo de caso dos fatos observados no referido território, além de entrevistas semiestruturadas com as participantes do Grupo de Mulheres Mãos que Criam. Dessa forma, analisando as entrevistas, foi possível identificar que os momentos de formação camponesa, resistência, produção, socialização e lazer possuem um caráter formativo construído com os sujeitos, estando conectado à proposta da educação popular que é a construção coletiva de saberes.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação Popular; Território.

Resumen

En territorios en que ocurren una disputa entre el campesinado y el agronegocio, las prácticas agroecológicas se presentan como formas de resistencia a las hegemonías en el campo. Resistir requiere un proceso educativo, de esta manera, la investigación en cuestión se llevó a cabo con el propósito de identificar los procesos educativos y formativos derivados de las prácticas agroecológicas en el Campamento Zé Maria do Tomé, en Chapada do Apodi - CE. El curso metodológico se llevó a cabo a través de la dialéctica, con un estudio de caso de los hechos observados en ese territorio, además de entrevistas semiestruturadas con los participantes del Grupo de Mujeres Mãos que Cria. Así, analizando las entrevistas, fue posible identificar que los momentos de formación campesino, resistencia, producción, socialización y ocio tienen un carácter formativo construido con los sujetos, vinculándose a la propuesta de la educación popular, que es la construcción colectiva del saber.

Palabras llave: Agroecología; Educación Popular; Territorio.

Considerações iniciais

O estudo em questão volta-se para a compreensão sobre a Educação Popular e a Agroecologia, construídas e vivenciadas no cotidiano de um território em disputa que é predominantemente destinado ao agronegócio, mas que, diariamente, é questionado pelos sujeitos que acreditam e vivenciam a Agroecologia em tal espaço, não sucumbindo às inúmeras tentativas de deslegitimação da luta dos sujeitos do campo que reivindicam por Reforma Agrária Popular e justiça socioambiental na Chapada do Apodi - Ceará.

Em se tratando da Educação Popular, para Carrillo (2013), a mesma está presente nas diferentes esferas da vida social, em diversos grupos populares, movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições estatais e organismos internacionais; reconhecendo seu caráter histórico, contextual e político, e tendo como um dos traços constitutivos uma concepção pedagógica e como prática social a sua alta sensibilidade aos contextos políticos, sociais e culturais onde atua (TORRES, 2004; 2008; CARRILLO, 2013).

Já a Agroecologia pode ser entendida como uma ciência que leva em consideração os aspectos sociais, econômicos, políticos e ecológicos, voltada para o desenvolvimento sustentável em uma relação dialética entre ser humano e natureza. Dessa forma, considera-se como essencial a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos em um território que promove a produção de alimentos através da agricultura familiar. Fernandes *et al.*, (2021) considera a Agroecologia como elemento estratégico para resistir ao avanço do capital nos territórios. Destaca-se, ainda, o enfoque agroecológico mais potente, quando ocorre por meio de ações coletivas que podem envolver diferentes atores sociais (movimentos sociais, instituições governamentais, não governamentais - ONG's, sindicatos, etc.), podendo modificar um sistema que se apresenta como hegemônico e opressor.

Assim, Santana *et al.*, (2021), retratam que a Agroecologia e a Educação Popular estão presentes na história dos movimentos sociais populares como instrumentos que reforçam a luta dos oprimidos, estando a Educação Popular explanada a partir de um trabalho educativo que repercute no entendimento que retoma a consciência social acerca do funcionamento de uma sociedade capitalista; e a Agroecologia trabalhada no que concerne às práticas e relações sociais que visam alternativas que se contraponham a centralidade do agronegócio no campo.

Dito isto, a reflexão aqui feita, revela algumas inquietações que nos fizeram indagar: quais os aprendizados e saberes construídos através das práticas agroecológicas e de que forma dialogam com o paradigma da Educação Popular no Acampamento Zé Maria do Tomé? Deste modo, o atual trabalho possui como objetivo central identificar os aprendizados e saberes construídos no âmbito da Educação Popular através das práticas agroecológicas desenvolvidas no Acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi – Ceará.

Percurso metodológico

O estudo teve como *lócus* de investigação o Acampamento Zé Maria do Toméⁱ. O referido Acampamento é vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e encontra-se geograficamente fixado nas terras do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), ou seja, está situado em meio as empresas de fruticultura irrigada instaladas na Chapada do Apodi. A região onde está localizado o Acampamento enfrenta diversos conflitos socioambientais em virtude da instalação de projetos de infraestrutura hídrica (OLIVEIRA, 2023).

O método científico escolhido para a realização deste trabalho foi o método dialético pois, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), se trata de um método que fornece bases que permitem uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade observada, por considerar que os fatores sociais não devem ser isolados ou abstraídos de influências do tipo política, econômica, entre outras. Por conseguinte, a dialética caminha no sentido direto ao que a Educação Popular e a Agroecologia se propõem a realizar, numa perspectiva totalizadora, por meio da análise dos fatos sociais estudados que são construídos em comunhão e leva em consideração aspectos como a política, economia, ecologia e a cultura referentes a realidade do território estudado.

Trata-se, ainda, de uma pesquisa de cunho qualitativo, sendo realizada num viés bibliográfico a partir do qual se discute questões relativas ao contexto da Chapada do Apodi, à luz de Freitas (2018), Rigotto (2011), Mendes e Carvalho (2014), Carvalho, Mendes e Amorim (2021), entre outros; as questões relativas à educação popular utilizou-se de Carrillo (2013), Ghon (1997), Castillo e Latapi (1985), Brandão (2007), Brito (2021); e sobre a categoria Agroecologia, baseia-se em Altieri (2012), Caporal (2009), Caporal e Costabeber(2007), Ferguson (2019), entre outros.

O procedimento técnico refere-se a um Estudo de Caso, sendo realizadas imersões ao Acampamento Zé Maria do Tomé a partir do ano de 2017 (ano de ingresso na graduação em

Pedagogia) com consequentes observações, registros e interações com as mulheres que compõem o grupo Mãos que Criam, objetivando identificar quais aprendizados estão sendo construídos no cotidiano daquele(a)s que reivindicam terra para produzir e morar diante a hegemonia do capital agrícola naquele espaço, isto posto, para Prodanov e Freitas (2013) o estudo de caso representa uma estratégia quando questionamos a partir do ‘como’ e ‘por que’, tendo em vista quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos, bem como quando o foco da problemática se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Foram, ainda, realizadas entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas que indagaram: como estão acontecendo os processos educativos e no Acampamento no período da pandemia ocasionada pela COVID-19? Quais caminhos o Acampamento percorre para a promoção da Agroecologia? E, ainda, buscaram compreender qual o processo educativo existente na prática agroecológica vivenciada no cotidiano de homens e mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé? Os sujeitos entrevistados nesta pesquisa foram as mulheres do grupo Mãos que Criam, mulheres com idade entre 30 e 40 anos, com diferentes níveis de escolaridade, variando desde o ensino médio até o nível superior, e são residentes do Acampamento Zé Maria do Tomé. O grupo fomenta a produção de artesanatos, além de ter como base a produção de alimentos agroecológicos em quintais produtivos.

Ressalta-se que a pesquisa de campo para a construção do trabalho de conclusão de curso, consequentemente, convertida nesse artigo, teve início durante o período de quarentena (março/2020), ocasionada pelo vírus da COVID-19, dessa maneira, assim como em todo planeta terra, por medida de segurança, visitas presenciais às mulheres, no Acampamento em questão, não foram permitidas, sendo todo o estudo e diálogo realizado por meios tecnológicos via *internet*, dessa forma, as entrevistas aconteceram no formato *on-line*, pela plataforma *Google Meet*, sendo a mesma realizada em julho de 2021, com a permissão para registro audiovisual, transcrição e divulgação das entrevistas com o consentimento das participantesⁱⁱ.

Agroecologia: uma ciência voltada à transformação social

Neste ponto abordaremos, a relação entre a Revolução Verde e seus impactos sociais e ambientais no percurso histórico da construção da agricultura contemporânea, assim como a Agroecologia enquanto ciência e prática social concreta.

Dessa forma, compreendendo que a relação homem-natureza são indissociáveis e, assim, seguindo o fluxo temporal que perpassou diferentes momentos da história, a agricultura permaneceu como prática indispensável para subsistência de famílias que encontravam nas terras sua única fonte de renda e de alimentação, fossem em terras próprias ou em latifúndios, conseqüentemente, as práticas de manejo do solo e das plantas nunca deixaram de existir, mas passaram a ser aperfeiçoadas com o decorrer do tempo.

Em meados da década de 1940, os Estados Unidos da América - EUA, centrou-se a atenção em modelos difusionistas que adotavam inovações agrícolas com base em uma visão do processo de disseminação de tecnologias (SCHMITT; GRISA, 2013). Essas inovações foram apresentadas aos agricultores rurais como potencializadoras no processo de produção de alimentos no campo, capazes de aumentar a produtividade de alimentos, por conseqüente, capazes de aumentar a renda daqueles que aderissem ao novo modelo de produção de alimentos.

Insumos agrícolas, maquinaria, equipamentos e sementes geneticamente modificadas foram algumas das ofertas apresentadas aos agricultores que aderissem ao pacote tecnológico, assim, com a inserção desses produtos no campo, a agricultura tradicional passou a vivenciar um novo modelo de produção de alimentos, e os EUA tornou-se pioneiro e protagonista na modificação do modo de produzir alimentos no campo, efetivando a mundialmente conhecida e estudada: Revolução Verde.

A Revolução Verde, além de ocasionar modificações na forma de como plantar, cultivar e comercializar, também influenciou no conceito de desenvolvimento, ou seja, o que se propagava era que àqueles que ao se aderir ao pacote tecnológico estavam promovendo o desenvolvimento do campo, contudo, o conceito desenvolvimentista pregado pela Revolução Verde possuía (e ainda possui) visão estritamente econômica.

Barreto (2004) relata que há alguns anos o fator econômico era sinônimo de desenvolvimento. No entanto, o termo Desenvolvimento confunde-se com o termo Crescimento; o primeiro considera o fator social e de qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, diferentemente do segundo termo, que possui viés econômico visando a exploração do meio ambiente, assim, percebe-se que o desenvolvimento proposto pela Revolução Verde se apresenta como uma farsa, já que não cumpre o prometido para com os sujeitos do campo. Para o empresário que explora o meio ambiente: terras, produção e lucro; para o homem e a mulher do campo: êxodo, veneno e depreciação.

A discussão que se cerca dos campos da Agroecologia e do Agronegócio não é uma pauta recente, segundo Altieri (2012) o agronegócio ocupa a maioria das terras produtivas do país, há mais de três décadas o alerta sobre o dilema socioecológico vem sendo realizado por agentes envolvidos no campo agroecológico. Pesquisadores, entidades, movimentos sociais e a sociedade civil que sobrevive da terra, unem-se em prol da reforma agrária reivindicando terras para aqueles que acreditam na produção de alimentos isenta de agrotóxicos, além do crescente debate de âmbito nacional e internacional que caracteriza a agroecologia como uma ciência para uma agricultura sustentável.

De acordo com Altieri (2012, p. 15) “a Agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro”. Já para Rigotto (2011), a agroecologia fundamenta-se em alguns preceitos que são: a garantia da segurança alimentar, erradicação da pobreza, proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, a preservação da cultura local e da propriedade camponesa, na promoção de processos de autogestão e na participação comunitária.

Conforme Hecht (2002) e Caporal (2009) a agroecologia traz como preceito o uso não-intencional de produtos químicos e surgiu a partir do movimento de ecologização da agricultura indo de forma contrária ao modelo de agricultura convencional que possuía raízes na Revolução Verde do século XX.

Nesse sentido, Figueiredo (2014) discute a agroecologia como fundamental para compreender a complexidade e diversidade dos agroecossistemas, contrapondo-se ao modelo agrícola convencional que simplifica, padroniza, escraviza e destrói os componentes e as relações ambientais, sociais, culturais e econômicas. Assim, a agroecologia é capaz de contribuir no processo de repensar um novo modelo produtivo e de enfrentar os problemas socioambientais desse século (CAPORAL; COSTABEBER, 2007).

À vista disto, assumindo um caráter ecológico, político, social, cultural e econômico, a agroecologia leva em consideração as vivências, a luta e a construção de uma identidade camponesa, bem como contribui na fixação do sujeito à terra, apresentando-se como caminho à sustentabilidade e desenvolvimento no campo.

Dessa maneira, a Agroecologia se inter-relaciona com a Educação Popular de maneira que parte dos diversos saberes e conhecimentos locais construídos em comunhão por

aqueles que enxergam na natureza uma fonte de alimentação saudável, saúde, moradia, uma fonte de vida.

Educação Popular: os aprendizados construídos no cotidiano da luta

No livro *O que é educação?* Carlos Rodrigues Brandão (2007) traz várias reflexões sobre a educação em suas diversas formas. Logo no início da obra, reflete sobre a categoria Educação, sendo observada pelo viés da educação bancária que é estéril, é signo; já na educação dialógica, é prenhe de significado.

Ao retomar Paulo Freire com as experiências de Educação Popular na década de 1960, fica perceptível o quanto essa categoria pode ser desveladora da realidade, visto que ela anuncia o novo. Portanto, naquele momento, eram apresentadas as palavras geradoras, carregadas de significado para o grupo a ser alfabetizado. Estas palavras encaminhavam para a discussão de temas diversos relacionados à política, à cultura, ao social, ao cotidiano, entre outros temas.

Em Freire, a educação implica diálogo, que por sua vez resulta em falar e ouvir, mas, também, em refletir, todavia, é práxis. Contudo, a depender da sociedade e do tempo histórico, deter a palavra, o conhecimento, implicava em deter o poder sobre o outro, isto é algo preocupante, pois não havia troca. Era ordem, não era discussão; não havia consenso, como nas sociedades tribais conforme Brandão (2007) cita.

Para Carrillo (2013, p. 16) a:

Educação Popular apresenta-se como pensamento pedagógico e prática educativa emancipadora, ela guarda estreita relação com outras correntes e movimentos afins, tais como a teologia da libertação e a igreja popular, a comunicação alternativa, a perspectiva de gênero, o feminismo popular e o movimento de mulheres, a pesquisa-ação participativa, o ambientalismo popular e o desenvolvimento alternativo.

Indo ao encontro do que Brandão (2012, p. 52) descreve em sua obra como Educação Popular:

Três tendências sucessivas podem ser reconhecidas: 1) a educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização etc.; 2) a educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo estes últimos a razão da prática e, os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma; 3) a educação popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político — em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta — e constrói o seu próprio conhecimento.

*Educação Popular e Agroecologia: saberes e aprendizados no Acampamento
Zé Maria do Tomé - Ceará*

Parte desses movimentos acima citado, podem ser observados nos agentes/entidades/instituições que fortalecem a agroecologia e as lutas construídas na Chapada do Apodi, tais como a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte - Ceará, Movimento de Mulheres do Vale do Jaguaribe - Ceará, Movimento 21 (M21), pesquisadores da Universidade Estadual do Ceará - UECE e Universidade Federal do Ceará - UFC, entre outros; assim, também demonstram “a necessidade de um projeto educacional que ofereça aos sujeitos, a possibilidade de serem protagonistas do próprio processo de (trans)formação” (BRITO, 2021, p. 24). Destarte, “A educação popular tem como paradigma de partida um olhar contextualizado e atravessado pela realidade concreta dos sujeitos históricos locais” (ALMEIDA; SILVA, 2021, p.11).

Esses movimentos, correntes e atores, imbricados de diferentes teorias e correntes culturais e/ou de pensamentos, possuidores de conhecimento empírico e/ou acadêmico, endossam o percurso daqueles que dia após dia batalham pela reforma agrária na Chapada do Apodi, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social conjunto. Essa luta resulta em diferentes aprendizados, é uma luta baseada na educação popular, e como ressalta Carrillo (2013, p. 17) “a Educação Popular, como prática educativa e corrente pedagógica, está presente em diversos lugares sociais, tais como: coletivos e organizações civis, experiência escolares e culturais, etc”. E ainda, como descreve Ghon (1997), os processos de aprendizagem podem acontecer em diferentes espaços e situações.

Assim, podemos observar que diferentes autores e pesquisadores, em distintos espaços de estudo, alinharam-se em pensamentos teóricos e construíram um conceito que descreve a Educação Popular como princípio educativo ligado à luta e aos sujeitos, em coletividade. Dessa forma, compreende-se que as teorias, conceitos e concepções de Educação Popular fazem-nos entender que existe um processo educativo em meio a situações de opressão e de anúncio como cita Freire; contudo, essa pedagogia torna-se visível desde que haja articulação, participação, movimentação e resistência entre os envolvidos.

Segundo Almeida e Silva (2021, p. 3), “torna-se importante discutir a dinâmica da educação no seio dos movimentos sociais”, ou seja, em um contexto de conflitos socioambientais, como o da Chapada do Apodi, que se percebe a Educação Popular presente através dos diferentes sujeitos coletivos envolvidos, ensinando e aprendendo, buscando a ruptura do paradigma dominante que explora e adoece o meio ambiente, os animais e as

peçoas, posicionando-se em prol da saúde e qualidade de vida para àqueles que ali desejam e merecem permanecer: “é na prática que a organização da classe trabalhadora é, por natureza, educativa” (ALMEIDA *et al.*, 2020, p. 7).

Nesse contexto, situamos as práticas educativas desenvolvidas na Chapada do Apodi, um território de muitas ações do agro-hidronegócio e de conflitos que demarcam a transgressão de direitos sociais. Desse modo, buscaremos nesse escrito focar nas práticas educativas desenvolvidas na concepção e ações fundamentadas na teoria Freireana, uma vez que objetivam a libertação das classes, bem como a emancipação dos coletivos envolvidos.

Isto posto, as experiências são baseadas no paradigma da Educação Popular tendo como categoria central a conscientização em vistas tecer (re) existências no território da Chapada do Apodi (ALMEIDA e SILVA, 2020), assim, como Castillo e Latapi (1985, p. 21-22) mencionam que a educação popular tem como paradigma de partida um olhar contextualizado e atravessado pela realidade concreta dos sujeitos históricos locais, de tal modo que, “[...] acompanha, apoia e inspira ações de transformação social. [...] se a realidade social é o ponto de partida do processo educativo, este volta-se a ela para transformá-la”. *Pari passu*, é a partir dessa concepção que contextualizamos as ações educativas no território mencionado.

Desse modo, as práticas educativas mencionadas surgem a partir do contexto de negação dos direitos que historicamente a Chapada do Apodi esteve inserida, entre eles destacamos o acesso a água, a terra e a educação, caracterizando-se como um território de lutas e resistências de movimentos sociais, do tripé ensino, pesquisa e extensão a partir da presença de instituições como a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM *campus* da Universidade Estadual do Ceará, a partir de grupos institucionais como o Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO. Denotam Gadelha, Oliveira e Carvalho (2021) ao identificar que tais atividades da FAFIDAM e LECAMPO articuladas aos movimentos sociais reverberam no território como fator de re(existência) e desenvolvimento notadamente das mulheres camponesas.

Destarte, Brito (2021, p. 32) ressalta que “os aprendizados vão ecoando em outras lutas e pautas, reverberando nos processos educativos de todos os envolvidos”. Partindo de tal compreensão, entendemos que a pedagogia que brota no dia a dia de um coletivo é capaz de transformar sujeitos e situações, em diferentes espaços e territórios. A conscientização discutida em Freire está na leitura do mundo, da realidade, e na busca pela transformação do

que a nós foi imposto como único caminho a ser seguido. Para Ghon (2011, p. 334) existe uma relação entre os movimentos sociais e a educação, e que essa relação vai ocorrer de duas formas, a primeira é “na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações”.

São nesses territórios que identificamos a Educação Popular advinda da luta coletiva, como destaca Almeida *et al.*, (2020, p. 4) ao afirmar que “no processo de coletivização nascem experiências contra hegemônicas e práxis político-educativas”. “E que a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante” (BRANDÃO, 2007, p. 9).

Educação Popular e Agroecologia: achados da pesquisa

Neste ponto, apresentamos os resultados e achados da pesquisa com as participantes entrevistadas, a fim de ouvir e analisar suas falas, buscando compreender a relação entre Educação Popular e Agroecologia no território investigado.

Apesar da centralização de empresas multinacionais produtoras de *commodities* para exportação na Chapada do Apodi, forças contra hegemônicas nascem e resistem ao modelo agrícola convencional, dentre elas podemos citar: os movimentos sociais do campo, entidades institucionais e pesquisadores, que em união não sucumbem ao paradigma dominante imposto no território. Essa resistência e articulação fica perceptível nas respostas obtidas neste trabalho através das entrevistas, dessa maneira, foi analisado o diálogo com as mulheres entrevistadas, e trechos desta entrevista serão descritos no decorrer deste tópico.

É nesse ambiente que emerge o Grupo de Mulheres Mãos que Criam. Esse grupo se constituiu em meio as ações de projeto de extensão e de pesquisa desenvolvidos junto a grupos vinculados a Universidades públicas, entre eles destacamos o LECAMPO, vinculado ao curso de pedagogia da FAFIDAM e ao Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE). Como afirmam Silva e Carvalho (2017, p. 02) é necessário fazer referência:

às contribuições da organização e formação feminina para a autonomia da mulher, enfocando, sobretudo as possíveis práticas emancipatórias na Chapada do Apodi, estas reverberadas pelo ato educacional de (trans)formação presente na luta por terra mediada pelo MST.

Esse grupo de mulheres, de forma organizada, desenvolve ações dentro do Acampamento, nos quintais produtivos de alimentos sem agrotóxicos e, posteriormente, comercializam suas produções em feiras de transição agroecológica, inicialmente na FAFIDAM, como atividades do Projeto de Extensão do LECAMPO e depois, no centro da cidade de Limoeiro do Norte – Ceará e em outras comunidades rurais; ainda produzem e vendem artesanatos, sendo fundamental para a (auto) organização social das mulheres, bem como a inserção econômica na sociedade.

Portanto, como ressaltado anteriormente, as mulheres entrevistadas compõem o grupo de mulheres ‘Mãos que Criam’, grupo que possui um caráter político, pedagógico, social e de relação com o meio ambiente, características essas que fazem parte da teoria agroecológica e da Educação Popular. Assim, dando início a entrevista e diálogo com as acampadas, a primeira pergunta tinha como objetivo partir do seio da iniciativa que levou a criação do grupo, e se questionou o seguinte: Como surgiu a ideia do Grupo de Mulheres “Mãos que Criam”, e qual situação trouxe a necessidade de criar um grupo de mulheres acampadas?

A ideia do grupo surgiu através da dificuldade que a gente estava passando... do preconceito. Aí nas comunidades vizinhas, na sede, tudo... a gente passava muito preconceito porque falava que o acampamento só tinha homem, só tinha marginal, né?! E isso não é verdade! Aí então eu tive essa ideia, chamei a Luzia e conversei com ela e a gente levou pra coordenação do Acampamento, porque como era relacionado ao coletivo, a gente tinha que pedir pra saber se poderia formar o grupo, né?! Aí foi aceito (M. O., Acampamento Zé Maria do Tomé, 17 de julho de 2021).

Identifica-se nas falas da acampadas a organização, o senso coletivo que fizeram duas mulheres tomarem a iniciativa de formar um grupo que contribuísse com a desmistificação de marginalização que a mídia insiste em vender sobre o MST e sobre os acampados e acampadas, além dos aspectos de despatriarcalização e centralização nos homens do Acampamento, aspectos esses que são discutidos por Silva (2019) em seu trabalho de dissertação ligado ao Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino - MAIE/FAFIDAM.

Quando questionadas sobre como se sentem ao fazerem parte do grupo Mãos que Criam e do Acampamento Zé Maria do Tomé, uma delas responde o seguinte:

(...) Deus me deu essa família, o Acampamento Zé Maria e o Grupo de Mulheres Mãos que Criam, porque assim, foi essencial na minha vida, Damiana, Mônica, Luzia, essas mulheres de fibra, de luta foi assim (...) eu tenho muito orgulho de

*Educação Popular e Agroecologia: saberes e aprendizados no Acampamento
Zé Maria do Tomé - Ceará*

fazer parte do grupo de mulheres Mãos que Criam, porque eu sou mulher e elas correm atrás, não ficam acomodadas em casa esperando acontecer as coisas, elas fazem acontecer e são assim... são minha família. Hoje em dia eu posso dizer que todas as palestras que eu participei, todas as festinhas, todas as feiras, todas as reuniões, sempre eu saí de outra forma, com algum aprendizado e com as minhas forças renovadas e eu só tenho gratidão e é isso... (H. S., Acampamento Zé Maria do Tomé, 17 de julho de 2021).

Dessa maneira, identifica-se que tanto o grupo de mulheres quanto o Acampamento Zé Maria do Tomé (AZMT) são coletivos que se apoiam mutuamente, construindo-se como base para as lutas, incluindo todos e todas nesse processo de construção de uma identidade camponesa coletiva. Esse apoio é afetivo, mas também é formativo, pedagógico; os coletivos unem-se na luta, no dia a dia, no cuidado com a agricultura, no zelo do Acampamento, por isso Carvalho (2011, p. 47) destaca que “a formação é um processo permanente e sempre que possível”.

Dessa forma, na fala da acampada acima citada, percebe-se que a formação, os aprendizados e os saberes, acontecem “nas feiras, nas reuniões, nas comemorações”, acontecem nos diferentes momentos e situações, em diferentes espaços, constituindo-se como momentos formativos e socialização. “São nesses momentos de participação política, venda e exposição dos produtos que por elas são elaborados, que identificamos a organização e interação feminina” (CARVALHO et al., 2021, p. 115).

O período de quarentena ocasionada pela Pandemia da COVID-19, foi muito difícil para as comunidades rurais. Além da dificuldade de alguma assistência médica, o escoamento da produção também foi prejudicado pela dificuldade de transporte, de comercialização, afetando a renda das famílias acampadas. As mulheres do Acampamento rememoram, a falta que sentiram das Feiras, onde iam vender seus produtos. Decidiram então por novos projetos e entre estes, dedicaram-se a reciclagem de resíduos sólidos no próprio Acampamento, e com a venda destes a uma central de reciclagem do município, mantiveram a possibilidade de alguns recursos extras, como relata uma das mulheres:

(...) e hoje a gente também tá com um projeto de reciclagem. Projeto muito bom, a gente arrecada junto à reciclagem que tem no Acampamento e a gente vende e a renda é para nós mulheres e também uma forma de limpar o meio ambiente, né?! (L. C., Acampamento Zé Maria do Tomé, 17 de julho de 2021).

Aqui, percebemos que além dos aprendizados relacionados ao gênero construídos no referido grupo, identifica-se o cuidado em preservar e cuidar do meio ambiente, Mônica Oliveira (Acampamento Zé Maria do Tomé, 17 de julho de 2021), complementa: “*E não fazer queimadas, né Luzia?*”. A reciclagem por elas realizada está para além da função de preservação do lar, possui os preceitos da agroecologia que são, entre outros, os de respeito ao meio ambiente e promoção da sustentabilidade; além de contribuir para a autonomia financeira do grupo e das mulheres, indo ao encontro do que outra acampada relata a seguir:

(...) perceber que dá pra produzir alguma coisa, que dá pra tirar uma renda... acho que a organicidade a partir do grupo de mulheres é perceber que a gente pode aglutinar todos esses conhecimentos, esses aprendizados e levar para um espaço que foi o que definiu a partir do artesanato, as próprias vendas a partir das feiras... desde a FAFIDAM, desde o IF, a praça do Tomé... então o grupo ele surge muito nessa necessidade das mulheres... (D. A., Acampamento Zé Maria do Tomé, 17 de julho de 2021).

Nesse depoimento identificamos para além da intenção de produzir mercadorias sejam alimentícias ou artesanatos; nas entrelinhas, percebe-se que a organicidade é uma pedagogia que une e partilha conhecimentos umas para as outras e, conseqüentemente, acaba sendo reproduzido em diferentes espaços e situações que contem com a presença dessas mulheres.

Para Carvalho *et al.*, (2021, p. 115) “a partir dos quintais produtivos, dos saberes adquiridos ao longo dos anos, os quais possibilitam desenvolver atividades artesanais e de culinária, e comercializar seus produtos, as mulheres desenvolvem aprendizados sobre agroecologia e fortalecem sua organização”. “Para as mulheres camponesas, a defesa da agricultura familiar e camponesa, de matriz agroecológica, se caracteriza como uma concepção de produção para os cuidados com a vida é uma forma de luta política e resistência no campo” (MARTINS; BARBOSA, 2022, p. 07). Ficando evidente a importância da participação feminina na transformação das práticas no campo e construção de um novo modelo de sociedade.

São saberes e aprendizados que transpassam os muros do grupo e do AZMT, são saberes e aprendizados construídos coletivamente e que contribuem na formação das mulheres e homens do Acampamento. Percebe-se que o processo educativo formado na Chapada do Apodi está intimamente relacionado com uma Educação Popular e Ambiental que discutem a qualidade de vida, saúde, relação com o meio ambiente e modelos de produção

ambientalmente sustentáveis, dos e para os moradores e moradoras ali residentes. Constituindo uma visão crítica sobre a sociedade de classes em uma Pedagogia freiriana de uma educação como ato político (GADELHA; OLIVEIRA; CARVALHO, 2021).

Portanto, a responsabilidade com o meio ambiente tornou-se um dos lemas do grupo de mulheres, do AZMT e do MST. É a consciência ambiental desenvolvida por essas mulheres e homens, bem como a interação entre pares daqueles que estão envolvidos nesse processo e que buscam modificar o território em que estão inseridos, que é capaz de transformar o atual modelo de sociedade ambientalmente instável e exploradora do meio ambiente, e resgatar o modelo sustentável de produção de alimentos saudáveis.

À vista disso, percebe-se que a Agroecologia se sustenta, também, na produção e na comercialização dos alimentos de base agroecológica, como afirmam Martins e Barbosa (2022, p. 06) “a feira cumpre com um dos princípios agroecológicos, qual seja, o de ofertar alimentos livres de agrotóxicos, fortalecendo a agricultura familiar e camponesa”.

Contudo, ressalta-se a importância da valorização desses produtos e do(a)s produtor(a)s, que por muitas vezes são criminalizados(a)s e injustiçado(a)s perante uma parte conservadora da sociedade atual. Além das relações de antagonismo de classe que podem existir na organização das feiras “visto que não é uma mobilização autônoma e necessita de apoios de outras organizações” (MARTINS; BARBOSA, 2022, p. 08).

Em se tratando da categoria Agroecologia, as entrevistadas foram indagadas a responder a seguinte pergunta: Qual a relação do grupo com a agroecologia? L. C. (Acampamento Zé Maria do Tomé, 17 de julho de 2021), diz que “Eu acho que a gente já contribui com a agroecologia a partir do momento que a gente tá reciclando, né?! Porque evita de tá fazendo queimadas... esse é o meu ponto de vista”. E complementa:

(...) e assim... mais gente... algumas mulheres plantam, né? Tem as plantas, como a Damiana. Uma vez eu fui lá, os bichos tinham comido as plantas dela... e outros nem tanto investe nas plantas, mas a gente tenta fazer agroecologia. Mônica também, a Alba também tem um bocado de planta também... (L. C., Acampamento Zé Maria do Tomé, 17 de julho de 2021).

De acordo com Carvalho et al., (2021, p. 115) “As acampadas e participantes do grupo “Mãos que Criam” lutam pelo direito e pela garantia de residir em um território predominado pelo agronegócio e pelo patriarcado. Seus quintais produtivos são, na verdade, sementes de

esperança, numa forma de plantar que respeita a terra e da reinserção da mulher na construção de saberes agroecológicos”. Ainda para Carvalho et al. (2021, p. 115/116):

A partir desse grupo, as mesmas conseguiram dividir as tarefas relacionadas à produção de alimentos, sendo cada família responsável por um cultivo diferente, tornando-se essas mulheres as principais responsáveis pelo processo de transição agroecológica e segurança alimentar no acampamento.

Portanto, identifica-se uma consciência ecológica quando parte do princípio que reciclar e evitar queimadas está contribuindo com a agroecologia, assim, percebemos que o caráter social, que é um dos pilares que a agroecologia, está presente no discurso e na prática dessa acampada, por isso a agroecologia “resgata no camponês sua autonomia e consciência social, portanto é em si uma proposta transformadora, diametralmente oposta ao Agronegócio” (SANTANA, et al., 2021, p. 25).

Diferentes aspectos foram identificados neste estudo, como o trabalho de classe no qual se faz necessário o entendimento individual e coletivo enquanto sujeitos do campo, que compõem a sociedade e fazem parte da história da agricultura e da produção de alimentos saudáveis; por isso, a pedagogia presente nas práticas agroecológicas desenvolvidas no AZMT estão intimamente relacionadas a educação popular, trilhando o mesmo caminho que Brito (2021) descreve em seu trabalho de dissertação, ao citar:

A educação popular é identificada neste estudo, primeiramente pelo seu caráter de classe, fato este, que se projeta para os sujeitos históricos-sociais em evidência, como um instrumento crucial para o processo de conscientização. À medida que se observa o trabalho pedagógico imbuído nas ações dos movimentos, bem como na resistência dos/as acampados/as, percebe-se a necessidade de um projeto educacional que ofereça aos sujeitos, a possibilidade de serem protagonistas do próprio processo de (trans)formação (BRITO, 2021, p. 24).

É na partilha dos sabores e dos saberes que a Educação Popular se faz presente, são nas atitudes emancipadoras e fiéis àquilo que se acredita e defende que os agricultores e as agricultoras do Acampamento Zé Maria do Tomé se conscientizam e conscientizam seus pares, dessa maneira, seguem firmes na luta e na construção de saberes e sabores ambientalmente sustentáveis, mas, também, saberes socialmente capazes de entender seu lugar na sociedade e sua função social perante um projeto hegemônico de exploração da terra, da água e do meio ambiente. Por isso, identifica-se no “avanço na incorporação da agroecologia como uma estratégia de defesa do território camponês, da realização da

reforma agrária, da produção de alimentos saudáveis e da soberania alimentar” (MARTINS e BARBOSA, 2022, p. 07).

Considerações finais

Guiados pela Educação Popular, neste trabalho, buscou-se identificar os saberes e aprendizados construídos no cotidiano das práticas agroecológicas desenvolvidas por acampados e acampadas do Acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi - Ceará.

Entendemos que a Agroecologia, enquanto ciência, nasceu da necessidade de sujeitos camponeses e camponesas, pesquisadores e pesquisadoras, por defenderem a produção de alimentos saudáveis e a soberania alimentar, trazendo consigo os preceitos da justiça social, desenvolvimento sustentável, equidade, economia e políticas públicas para aquele(a)s que residem no campo, dessa forma, tais categorias se apresentam como essenciais para a efetivação da agroecologia no campo. Onde há agroecologia, não há espaço para racismo, homofobia, machismo, sexismo e/ou qualquer outra forma de opressão no campo. A agroecologia, nesse sentido, é uma epistemologia, uma filosofia de vida, sendo idealizada e materializada por pessoas que, em comunhão, vislumbram uma sociedade mais justa e humanitária, livre de opressões, e que seja capaz de efetivar a qualidade de vida dos envolvido(a)s, garantindo o direito de ser, estar e usufruir no mundo do que é nosso por direito como a saúde, moradia, terra e alimentação.

Foi analisando a união e diálogo entre o(a)s envolvido(a)s, que a Educação Popular pode ser identificada como uma pedagogia presente no cotidiano dessas mulheres. Pensada e trabalhada coletivamente, a educação popular se apresenta como essencial na formação do homem e da mulher do campo, estando presente nas assembleias, discussões, atos políticos, momentos de resistência, assim como nas feiras e nos momentos de lazer. Em se tratando do Grupo de Mulheres “Mãos que Criam”, revelam aprendizados múltiplos tais como se ressignificarem como capazes de tocarem seus projetos produtivos, de coordenarem as reuniões, e deliberarem sobre os rumos da coletividade. Defendendo uma nova visão do mundo e da própria forma de produzir sem o uso de agrotóxicos, preservando vidas e meio ambiente. A própria compreensão sobre a agroecologia é em si mesma um importante aprendizado. Portanto, identificamos na Chapada do Apodi uma realidade de lutas contra o uso de agrotóxicos, luta pela água, pelo meio ambiente, por saúde... por vida, ou seja, identificamos luta para a efetivação da Reforma Agrária Popular. É nesse contexto de lutas,

que a Educação Popular, os aprendizados e saberes, estão presentes nos sujeitos conscientes do seu papel na sociedade e das mazelas ocasionadas pelo agronegócio, e que os acampados e acampadas do AZMT buscam transformar a própria realidade.

Há uma pedagogia presente em todos esses momentos que acima foram citados. É uma pedagogia que se imiscuem entre os saberes dos acampados e acampadas, que permitem a leitura do território, entendendo-se como organização uma social e política (interna e externamente), capazes de romper com as barreiras da opressão dentro e fora do Acampamento, bem como resistir ao avanço do agronegócio naquele espaço, conseqüentemente, se funde uma identidade camponesa necessária a uma transformação social, portanto, trata-se de uma pedagogia que ensina, que resiste, que é emancipadora, que coloca o sujeito como consciente do seu papel na sociedade, de forma crítica, entendendo que há um viés político neoliberal e que esse não representa aqueles que vivem do e no campo. Portanto, afirma-se que a Educação Popular caminha lado a lado com as práticas agroecológicas desenvolvidas no Acampamento Zé Maria do Tomé.

Referências

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de; MOREIRA, Lunian Fernandes; BRITO, Ângela Thaís da Silva; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernande; OLIVEIRA, Diana Nara da Silva. Acampamento Zé Maria do Tomé: lutas socioambientais e saberes que se constroem na Chapada do Apodi – CE. **Research, Society and Development**. v. 9, n. 9, p.1-18, 2020.

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de; SILVA, Severino Bezerra da. Movimento 21 (M-21): da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi – interrelações com a educação popular. **Revista Cocar**. v. 15, n. 32, p. 1-20, 2021.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

BARRETO, Ricardo Candéa Sá. **Políticas Públicas e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Ceará: estudo de caso**. 2004. 91 f. Mestrado em Economia Rural. Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza - CE. 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção primeiros passos; 318).

BRITO, Ângela Thais da Silva. **A luta pela terra como princípio educativo no Acampamento Zé Maria do Tomé – Chapada do Apodi/CE**. 2021. 151 f. Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino. Universidade Estadual do Ceará – UECE. Limoeiro do Norte – CE. 2021.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão rural: contribuições para a promoção de desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto, **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009.

CARRILLO, Alfonso Torres. A Educação Popular como Prática Política e Pedagógica Emancipadora. In: **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Cap. 01. p. 15-32.

CASTILLO, Alfonso; LATAPI, Carlos. **Educação de adultos na América Latina**. Campinas: Papirus, 1985.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. v. 2, n. 2, p. 43-51, 2011.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernandi. Práxis Educativa do Movimento 21 na resistência do agronegócio. **Interface: a journal for and about social movements**. v. 6, n. 1, p. 45-73, 2014.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de Carvalho; MOREIRA, Lunian Fernandes; OLIVEIRA, Thainara Fernandes de; SOUZA, Thayná Coelho de. Mulheres Camponesas, Lutas e Aprendizados no Acampamento Zé Maria do Tomé - CE. **Revista Educação Inclusiva**. v. 4, n. 3, p. 106-118, 2021.

FERNANDES, Ivanete Ferreira; BARBOSA, Lia Pinheiro; DAMASCENO, Cosma dos Santos; ROSSET, Peter Michael. Inventário de Práticas Agroecológicas na Metodologia “de Camponês/a a Camponês/a” no Ceará: um instrumento para descolonizar o território e (re)valorizar o conhecimento camponês. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 58, n. 1, p. 551-578, 2021.

FIGUEIREDO, Geórgia Pitombeira. **Tecnologias sociais para a convivência com o semiárido: caso do assentamento Juazeiro, Independência, Ceará**. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FREITAS, Bernadete Maria Côelho. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

GOHN, Maria Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GADELHA, Maria Leudysvania de Sousa Lima; OLIVEIRA, Diana Nara da Silva; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. As contribuições da pedagogia freireana para uma educação como ato político. **Ensino Em Perspectivas**. v. 2, n. 1, p. 1–12, 2021.

HECHT, Susanna. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. (Ed.). **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária; ASPTA, 2002. p. 21-51.

MARTINS, Ydávila Vasconcelos; BARBOSA, Lia Pinheiro. A participação das mulheres na Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária do Território Inhamuns e Crateús - Ceará. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. v. 7, n. 1, p. 01-28, 2022.

OLIVEIRA, Diana Nara da Silva. **Formação de educadores do campo: o Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Estadual do Ceará**. Orientador: Luís Távora Furtado Ribeiro. 2023. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Métodos e Técnicas da Pesquisa do Trabalho Acadêmico**. Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE, 2013.

RIGOTTO, Raquel (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC/Expressão Popular, 2011.

SANTANA, Maria Cristina Cruz de; OLIVEIRA, Maria Nascimento; SOUZA, Rosana D'Ajuda de; SILVA, Lídia Barreto da; FREITAS, Gilsélia Macedo Cardoso. Educação popular e movimentos sociais na construção da agroecologia. In: CARMO, D. L. et al. (Org.). **Diálogos transdisciplinares em Agroecologia: Projeto Café com Agroecologia**. Viçosa: FACEV, 2021. cap. 2, p. 24-35.

SCHIMITT, Claudia Job; GRISA, Catia. Agroecologia, Mercados e Políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

SILVA, Mila Nayane da. **Aprendizados e Insurgências das mulheres na luta pela terra**. 2019. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino), Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, Ceará, 2019.

SILVA, Mila Nayane da; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. Mulheres, Aprendizados e Lutas no Acampamento Zé Maria do Tomé. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Curitiba, 2017.

TORRES, Alfonso. Coordenadas conceptuales de la Educación Popular desde la producción del CEAAL (2000 a 2003). **La piragua**, Santiago de Chile: CEAAL, n. 20, p. 19-61, 2004.

Notas

ⁱ Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Projeto: “Mãos que Criam: aprendizados e organização feminina no Acampamento Zé Maria do Tomé”, desenvolvido no Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO), coordenado pela Profa. Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho, tendo sido aprofundado no trabalho de conclusão de curso vinculado a graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), *Campus* da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em Limoeiro do Norte – CE, financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento (FUNCAP).

ⁱⁱ O trabalho de conclusão de curso foi submetido a uma banca avaliadora do trabalho, composta por professoras do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UECE, observando-se todos os cuidados éticos e de integridade física das participantes entrevistadas. Dado que o Comitê de Ética da Universidade (UECE, 2011) se pauta na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS), não foi requerida, à época, a submissão do projeto, como requisito para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradecimentos

Os autores agradecem às mulheres camponesas do Acampamento Zé Maria do Tomé pela entrevista, diálogo e autorização para a publicação das falas, que foram essenciais para a elaboração deste trabalho.

Sobre os Autores

Lunian Fernandes Moreira

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: lunianmoreira@gmail.com, Orcid: 0000-0002-6393-165X.

Sandra Maria Gadelha de Carvalho

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atuando no curso de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia e no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE/UECE). E-mail: sandra.gadelha@uece.br, Orcid: 0000-0002-0759-2788.

Diana Nara da Silva Oliveira

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Adjunta da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE). Atuando no curso de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia. E-mail: diana.nara@uece.br, Orcid: 0000-0003-2710-1904.

Recebido em: 31/03/2023

Aceito para publicação em: 24/08/2023